vão sair várias galinhas. Então tem muito debate a ser feito em cima dessa questão.

Por outro lado, semana passada, segunda-feira, eu estive visitando o Porto de Santos, e agora eu me dirijo a vocês, bolsonaristas. O estado de São Paulo, coronel Conte Lopes, estava dando uma olhada muito rápida em uma matéria do "El País", o Brasil, de 2013 a 2019, 2020, perdeu 28.700 indústrias aqui no Brasil.

O Brasil corre risco de virar só uma grande fazenda, uma coisa defendida lá em 1943, 45, no Tratado de Bretton Woods, tratado pela Cepal, Comissão de Estudos para a América Latina, cujos grandes líderes eram Raúl Prebisch, argentino; Celso Furtado, brasileiro; Maria da Conceição Tavares; João Manuel de Mello Neto.

Depois João Manuel de Mello Neto rompe com os cepalinos porque identifica que o País não podia ficar só sendo, a América Latina não podia ficar sendo só um pulmão para abastecer o mundo, precisava se industrializar, precisava gerar indústria, gerar valor agregado.

Nós extraímos petróleo, exportamos petróleo bruto, e o mesmo petróleo que a gente exporta bruto a gente compra refinado. Se a gente fizesse refinaria, geraria empregos, geraria valor agregado, nós poderíamos exportar para outros países da América Latina, África do Sul, vários outros.

Então o Brasil hoje, com o seu presidente, você é um bolsonarista, ele quer transformar o Porto de Santos, que é um dos maiores do mundo, o maior da América Latina, quer transformar para transportar só grãos - soja, milho, cana-de-açúcar. Isso é um crime com a cidade de Santos, isso é um crime com o estado de São Paulo, isso é um crime com o Brasil.

Isso é apostar cada vez na desindustrialização, isso é só atender o agronegócio, que paga pouco imposto neste País, um dos setores, coronel Conte Lopes, o senhor já foi deputado aqui antes, outras vezes, que menos imposto paga neste Brasil, setor empresarial, é exatamente o agronegócio.

Na agricultura então não paga nada, é só você olhar os relatórios da Comissão de Finanças, quando o secretário vem aqui, quanto que se arrecada da agricultura no estado de São Paulo, não se arrecada nada.

Onde é que você faz arrecadação de impostos? É exatamente onde você tem valor agregado, onde você tem a industrialização. No Porto de Santos nós exportamos carros, importamos carro, exportamos peças, importamos peça, importamos CKD.

A Ford, quando estava no Brasil, exportava CKD para a Venezuela. CKD é o carro embalado em caixas. Vai tudo prontinho, chegando lá, é só remontar. É uma maneira mais fácil de transportar.

Uma das preocupações lá, eu estive lá com o meu amigo presidente do Settaport, o Chico Nogueira, para quem quero mandar um abraço. Ele me levou para conhecer o Porto de Santos, por dentro do canal. É gigantesco. Qual é o discurso que eles usam?

Que precisa modernizar o porto. Você vai lá, o porto é todo automatizado. Para cada equipamento, tem um operador numa ponte rolante, para carga e descarga. Tudo automatizado, e apenas o estivador embaixo, no cargueiro.

Não é nada daquele porto de 30 anos atrás, que você ia lá e tinha bastante gente, igual tinha na Volkswagen, igual tinha em outras empresas. Então esse é mais um crime que esse governo bolsonarista que está aí quer cometer contra os trabalhadores, contra o estado de São Paulo e contra o Porto de Santos.

Muito obrigado pela tolerância, presidente.

O SR. PRESIDENTE - TENENTE NASCIMENTO - PP - Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PTB - Pela ordem, Sr. Presidente. Para declarar o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE - TENENTE NASCIMENTO - PP - Declaração de voto contrário do deputado Douglas Garcia.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Presidente, também declaro o meu voto contrário, Excelência.

O SR. PRESIDENTE - TENENTE NASCIMENTO - PP - Declaração de voto contrário da deputada Janaina Paschoal.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Sempre respeitando o nobre deputado autor, que merece todo o nosso respeito e admiração, mas é pelo mérito.

O SR. PRESIDENTE - TENENTE NASCIMENTO - PP - Há sobre a mesa requerimento do nobre deputado Gil Diniz, com o número regimental de assinaturas, nos termos do Art. 35 do Regimento Interno, para a constituição de uma comissão de representação, com a finalidade de participar do Brasil Profundo - a Redescoberta de Quem Somos - Edição Mato Grosso, a realizar-se nos dias 10 e 11 de dezembro do corrente ano, em Cuiabá, Mato Grosso, com ônus para este Poder, via verba de gabinete do parlamentar.

Em votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Há sobre a mesa requerimento do nobre deputado Frederico d'Avila, com o número regimental de assinaturas, nos termos do Art. 35 do Regimento Interno, para a constituição de uma comissão de representação, com a finalidade de participar do Brasil Profundo - a Redescoberta de Quem Somos - Edição Mato Grosso, a realizar-se nos dias 10 e 11 de dezembro do corrente ano, em Cuiabá, Mato Grosso, com ônus para este Poder, via verba de gabinete do parlamentar.

Em votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Convocação. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do disposto no Art. 18, inciso III, alínea "d", combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoco reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Administração Pública e Relações do Trabalho, Finanças, Orçamento e Planejamento a realizar-se amanhã, às 11 horas, em ambiente virtual, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei Complementar nº 46, de 2021, de autoria do nobre deputado Delegado Olim.

Convocação. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do disposto no Art. 18, inciso III, alínea "d", combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoco reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Finanças, Orçamento e Planejamento a realizar-se amanhã, às 11 horas, em ambiente virtual, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 771, de 2021, de autoria do nobre deputado Mauro Bragato.

Convocação. Nos termos do dispositivo do Art. 18, Inciso III, Alínea "d" combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoco reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Saúde, e Finanças, Orçamento e Planejamento a realizar-se amanhã, às 11 horas, em ambiente virtual, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 668, de 2021, de autoria do nobre deputado Douglas Garcia.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PTB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - TENENTE NASCIMENTO - PP - Pela ordem deputado Douglas.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PTB - Vossa Excelência me permite uma comunicação?

O SR. PRESIDENTE - TENENTE NASCIMENTO - PP - É regimental. Tem o seu tempo regulamentar.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PTB - PARA COMUNICAÇÃO - Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente. Eu faço esta comunicação nesta Assembleia, no dia de hoje, para repudiar as palavras do governador do estado de São Paulo na sua rede social dizendo: "É urgente imunizarmos nossas crianças.

O governo de São Paulo reservou 12 milhões de doses de Coronavac para aplicação em crianças de três a onze anos. O Instituto Butantan enviará novo pedido de liberação à Anvisa."

Sr. Presidente, eu solicito aqui publicamente à Anvisa que não defira o pedido feito pelo governador João Doria. É um absurdo. Inadmissível. Na bula de todas as vacinas está escrito que, a longo prazo, os efeitos colaterais da vacina são desconhecidos. Em todas as bulas.

Os casos de miocardite em crianças e adolescentes aumentaram 16 vezes após a vacina, e isso é comprovado. Eu tenho como provar. Estudos mostram isso.

Sr. Presidente, o que está acontecendo é um verdadeiro absurdo. O governador João Doria não pode forçar os pais a vacinarem as crianças, principalmente por ser um grupo que está completamente fora daquilo que é considerado grupo de risco. O governador do estado não pode transformar as nossas crianças em ratos de laboratório, em cobaias da OMS.

Pai, mãe, você que é contra essa imposição trazida pelo governador do estado de São Paulo, amanhã, se Deus quiser, nós votaremos aqui o PL nº 668, o PL Bruno Graf, que proíbe o passaporte sanitário no estado de São Paulo.

E nós vamos lutar. Nós vamos lutar pelo direito de as pessoas poderem escolher se querem ou não ser vacinadas, principalmente as nossas crianças. Principalmente as nossas crianças.

Nós vamos lutar com todas as forças possíveis dentro do Legislativo Paulista, no Poder Judiciário. Vamos convocar audiências públicas, mais audiências públicas para falar sobre este tema, e, publicamente, Sr. Presidente, eu solicito que as notas taquigráficas desta minha comunicação sejam encaminhadas à Anvisa, para que não conceda ao governador do estado de São Paulo essa insanidade de querer transformar as nossas crianças em ratos de laboratório, cobaias da OMS.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PTB - Pela ordem, Sr. Presidente. Havendo acordo de lideranças, eu gostaria de solicitar o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - TENENTE NASCIMENTO - PP - Antes, porém, pedimos à Taquigrafia que encaminhe as notas taquigráficas à Anvisa, a pedido do deputado Douglas Garcia.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a presente sessão. Boa tarde a todos, Deus abençoe.

* * *

- Levanta-se a sessão às 17 horas e quatro minutos.

* * *

9 DE DEZEMBRO DE 2021
81ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: VALERIA BOLSONARO

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - VALERIA BOLSONARO
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - JANAINA PASCHOAL
Discorre a respeito de desentendimentos durante o congresso de comissões. Mostra apoio ao PL 668/21, que pretende impedir a exigência do passaporte vacinal. Afirma que a medida fere o direito individual de liberdade de escolha. Informa receber denúncias de pessoas impedidas de livre locomoção por não apresentarem o citado comprovante. Menciona caso de possíveis reações graves que acometeram bebês, após vacinação contra a Covid-19, por erro de enfermeira, em Sorocaba.
3 - JANAINA PASCHOAL
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
4 - PRESIDENTE VALERIA BOLSONARO
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 10/12, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão a Sra. Valeria Bolsonaro.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

A SRA. PRESIDENTE - VALERIA BOLSONARO - PRTB - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Vamos começar a convocação dos oradores inscritos: deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Professor Walter Vicioni. (Pausa.) Castello Branco. (Pausa.) Edson Giriboni. (Pausa.) Deputada Janaina Paschoal, tem o tempo regimental.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Cumprimento todas as pessoas que nos acompanham, V. Exa. Sra. Presidente, colegas deputados, funcionários da Casa.

Eu vou dizer agora o que eu tentei dizer durante o congresso de comissões e, infelizmente, tive a palavra cortada. Não pelo Sr. Presidente Bragato, que sempre conduziu os trabalhos com muita democracia - inclusive no dia de hoje foi desrespeitado. Fica aqui a minha solidariedade ao deputado.

Mas o que eu tentei falar naquele momento e direi agora é o seguinte: hoje tem uma sessão extra com previsão de votação do Projeto de lei nº 668, de 2021, que é o projeto que proíbe o passaporte da vacina no estado de São Paulo. Esse projeto é assinado por vários deputados desta Casa, deputados de várias bancadas. O deputado Douglas Garcia elegeu esse projeto como sua prioridade.

Então é importante que o cidadão compreenda que aqui na Casa foi estabelecido um sistema de que cada deputado tem direito a eleger um projeto dentre seus muitos projetos para entrar numa fila de votação.

Por exemplo, nessa fila, o meu projeto prioritário é o projeto que acelera o processo de adoção. Outros colegas têm outros projetos prioritários, mas todos reconhecemos a prioridade, pelo momento histórico vivido, de apreciar esse projeto que proíbe o passaporte da vacina.

O deputado Douglas Garcia, conversando com todos os coautores, pediu autorização, e nós agradecemos a iniciativa dele, para indicar esse projeto como sua prioridade hoje, durante os debates para apreciar esse projeto no congresso de comissões. O mérito será votado hoje, se nós conseguirmos o quórum para a votação.

Esse projeto não é um projeto contrário às vacinas. Inclusive, é imperioso destacar que praticamente todos os autores do projeto se vacinaram, vacinaram os seus parentes; não sobem aqui para falar contra a vacina. Esse projeto é a favor da autonomia individual, da liberdade de escolha.

Alguns colegas misturaram a discussão no congresso, dizendo que é uma vergonha a Assembleia estar debatendo esse tema, que é um projeto contra a saúde pública. Não, é um projeto que visa garantir o respeito à minoria.

A esmagadora maioria dos cidadãos brasileiros, dos cidadãos paulistas, residentes em São Paulo, já está vacinada. A maioria já está vacinada, os cidadãos querem tomar as próximas doses. É um direito deles esse desejo e é um dever do Governo disponibilizar.

Agora, há um pequeno grupo, um mínimo grupo de indivíduos que não deseja se vacinar, e essas pessoas... É muito importante dizer isto aqui: colegas no congresso de comissões, deputada Valeria, disseram assim: "É um direito. Se eles não querem se vacinar, que não se vacinem, mas os outros têm direito de cobrar o documento comprovando a vacinação e impedir que eles entrem".

Mas o que quem está assistindo tem que compreender é que nós não estamos falando de exigência de um documento para o cidadão entrar num jogo de futebol, para o cidadão entrar num show, para o cidadão entrar num restaurante chique. Nós estamos falando - e isso está acontecendo no estado de São Paulo e no Brasil - de exigir a comprovação de vacinação para a pessoa poder entrar no trabalho. Nós estamos falando de funcionários do setor privado demitidos por justa causa, deputada Valeria.

Nós estamos falando de funcionários públicos já submetidos a procedimentos administrativos, PAs, para punição, como se fossem bandidos. Nós estamos falando de estudantes das universidades, sobretudo públicas, ameaçados de serem jubilados por não frequentarem as aulas, porque estão impedidos de entrar, Sra. Presidente.

Então, ninguém aqui está falando de ter que se vacinar para viajar, para passear. Não é disso que se está a falar. Deputada Valeria, a senhora acredita que eu recebi um e-mail de uma pessoa que foi impedida de entrar num equipamento de saúde para retirar os seus remédios porque não tinha a comprovação de vacinação?

Eu recebi um e-mail de uma pessoa que não conseguiu entrar num prédio para passar em consulta com o seu médico, que tinha um consultório dentro desse prédio. O médico teve que ir na calçada atender o paciente.

Quando nós dizemos isso, eles dizem: "Isso é coisa de bolsonarista". Não, eu conheço muitos não bolsonaristas que, por questões pessoais, não desejam se vacinar, têm medo de vacinar os seus filhos pequenos. Nós estamos vivenciando uma situação, em Sorocaba, de bebês que foram vacinados por equívoco, deputada Valeria, e os bebês estão gravemente abalados, com efeitos adversos. É um direito das pessoas tomar essa decisão.

Então, os colegas estão distorcendo o debate. Ninguém está proibindo vacinação, ninguém está desestimulando vacinação. O que nós queremos é que uma minoria - é muito minoria mesmo - seja respeitada, porque nenhuma democracia pode conviver com discriminações que sejam politicamente corretas. Então, é disso que se está a falar.

Hoje, se nós conseguirmos quórum durante os debates, eu não vou me manifestar, porque só quem está contra o projeto é que vai pedir a palavra, para obstruir.

Então, já fica aqui a minha manifestação, o meu pedido de que os colegas não sejam levados ao erro de acreditar que alguém aqui está falando contra vacinas. Nós estamos apenas falando a favor da democracia, a favor da autonomia individual e a favor do respeito a todas as minorias, não só àquelas eleitas como politicamente corretas.

Obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Sra. Presidente, na medida em que não há mais oradores inscritos, e havendo acordo de lideranças, eu rogo a V. Exa. o levantamento da presente sessão.

A SRA. PRESIDENTE - VALERIA BOLSONARO - PRTB - Havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Está levantada esta sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 14 horas e 18 minutos.

* * *

10 DE DEZEMBRO DE 2021
82ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CORONEL TELHADA e CARLOS GIANNAZI

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - CORONEL TELHADA
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência.
3 - CORONEL TELHADA
Comenta evento para entrega de condecorações a civis e militares, realizado nesta Casa, ontem à noite. Discursa sobre a sessão solene para celebração do Dia do Marinheiro, realizada hoje. Lamenta o falecimento do subtenente Everton Silva Dias. Cumprimenta o município de Indaiatuba pelo aniversário. Tece críticas ao governo de João Doria.
4 - CORONEL TELHADA
Assume a Presidência.
5 - CARLOS GIANNAZI
Repudia descontos nos salários e no 13º de aposentados e pensionistas. Pede a aprovação do PDL 22/20. Comenta anúncio de lançamento do Centro de Inovação da Educação Básica Paulista móvel. Cobra o pagamento do abono-Fundeb a todos os servidores da Educação. Pede que os funcionários municipais questionem o conselho do Fundeb sobre os pagamentos. Informa participação em audiência pública contrária à concessão do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira. Lembra que a região é tombada pela Unesco. Alega que a população é contra a privatização. Afirma que enviara representação à citada entidade, para intervenção internacional. Menciona a extinção de institutos ambientais pelo PL 529/20. Cita prejuízos ambientais durante o governo Bolsonaro.
6 - CARLOS GIANNAZI
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
7 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 13/12, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Presente o número regimental de assinaturas de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o Expediente.

Vamos, portanto, ao Pequeno Expediente. Deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputada Janaina Paschoal. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Coronel Telhada. Falarei posteriormente. Deputado Coronel Nishikawa. (Pausa.) Deputado Professor Walter Vicioni. (Pausa.) Deputado Gil Diniz. (Pausa.)

Deputado Douglas Garcia. (Pausa.) Deputada Carla Morando. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputada Valeria Bolsonaro. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputada Leticia Aguiar. (Pausa.) Deputada Analice Fernandes. (Pausa.) Deputado Adalberto Freitas. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.)

Pela lista suplementar, deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Coronel Telhada.

Por gentileza, deputado Giannazi, o senhor pode assumir a Presidência dos trabalhos para que eu faça uso da palavra?

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Carlos Giannazi.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Com a palavra o nobre deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, Sr. Presidente, a todos os que nos assistem pela Rede Alesp, aos funcionários e assessores aqui presentes, aos nossos queridos policiais militares, como sempre aqui postados, muito obrigado pelo trabalho dos senhores e senhoras.

Eu quero, hoje, sexta-feira, dia 10 de dezembro, comunicar ao Plenário que ontem a noite nós fizemos mais uma entrega de condecorações, de homenagens a vários cidadãos civis e militares aqui na Assembleia Legislativa. Inclusive nós contamos com a presença do nosso prefeito de São Paulo, o prefeito Ricardo Nunes - está aí na foto conosco.

O prefeito foi vereador comigo em 2012, 2013, 2014, um prefeito que tem trabalhado forte, e fazemos votos que ele possa desenvolver um ótimo trabalho pela cidade de São Paulo.

Também quero agradecer ao Dr. Walter Mello de Vargas, presidente da Abfip, que sempre procura valorizar homens e mulheres das forças de segurança, policiais civis, policiais militares, policiais municipais, policiais penais e policiais técnico-científicos.

Hoje pela manhã, Sr. Presidente, estive aqui também numa sessão solene em homenagem ao Dia do Marinheiro. Essa sessão foi proposta e presidida pelo nosso amigo, deputado capitão Castello Branco.

Eu quero parabenizar todos por mais esse evento bem-sucedido e também parabenizar o almirante Guilherme, que é o novo comandante do 8º Distrito Naval. Desejo sucesso nas novas missões, conte conosco aqui na Assembleia Legislativa.

Infelizmente ontem nós tivemos a lamentar mais um policial militar morto, é o policial militar subtenente, está até escrito errado ali o subtenente, Everton Silva Dias. Em 2019, as equipes da Polícia Militar entraram na favela de São Vicente, no litoral paulista, para fazer a segurança de uma força tarefa quando houve uma troca de tiros e o PM foi atingido na cabeça.

Inclusive ele está sendo homenageado em um evento que nós sempre fazemos aqui, podem ver que é o evento da ABFIP mesmo. O subtenente Everton Silva Dias, de 45 anos, morreu após passar mais de dois anos acamado, depois de ser baleado durante uma troca de tiros em uma operação realizada em São Vicente.

Olha, não tem o que falar. A tristeza que é perder um pai de família, um policial militar que não só deu a sua vida, mas ficou dois anos acamado, tiro na cabeça, deve ter ficado em uma situação muito triste.

Eu não posso deixar de citar o nome do subtenente Everton Silva Dias e desejar os nossos pêsames, ou passar os nossos pêsames à família dele e a todos os colegas da Polícia Militar.

Infelizmente ele não se recuperou e ontem faleceu após dois anos acamado. Olha que situação triste. Essa é uma realidade da Polícia Militar que ninguém vê e ninguém faz questão de ver também. Eles estão preocupados é se morre bandido, viu, gente? Se morrer bandido é um barulho, mas, quando é um pai de família como o subtenente Everton, ninguém toma conhecimento.

Está aí, um homem de 45 anos morto trabalhando pela Segurança Pública, e o estado de São Paulo não valoriza esses verdadeiros heróis. É muito triste isso.

Também ontem, dia nove de dezembro, foi o aniversário de Indaiatuba. Mando um abraço para todos os amigos e amigas da querida cidade de Indaiatuba. Ontem eu não estive presente, pois estava em missão externa, não pude comparecer na sessão ordinária, mas estivemos aqui pela manhã, assinamos a lista e não conseguimos comparecer.

Então hoje estamos aqui, eu e o deputado Giannazi, para dizer a todos que continuamos à disposição, que queremos trabalhar pela população de São Paulo, pelas forças de segurança e contra esse governo João Doria, que é um governo que só trouxe tristeza para o estado de São Paulo.

A gente quer falar alguma coisa boa, mas não tem o que falar. Eu queria aqui poder até falar que tem um ato, uma ação, mas não tem. Desde que assumiu, só arrebentou a Polícia Militar, só arrebentou as forças de segurança, arrebentou os hospitais, falou tanto no heroísmo dos médicos, dos enfermeiros, e depois tirou um monte de direitos dos médicos, dos enfermeiros, dos professores, dos docentes.

Então, infelizmente, tem sido um câncer para o governo de São Paulo. A gente não vê a hora de que ele se afaste e tome o seu rumo para que a gente possa viver a nossa vida em paz, cuidando do povo paulista.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Gostaria de chamar V. Exa. para continuar presidindo esta sessão.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Coronel Telhada.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Convido o deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. Vossa Excelência se inscreveu duas vezes, tem o tempo regimental. Fique à vontade, deputado. Só estamos nós dois mesmo aqui.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, nobre deputado Coronel Telhada, telespectador da TV Assembleia, Sr. Presidente, a perversidade do governo Doria é tão grande, o sadismo contra os aposentados e pensionistas, que, além de confiscar as aposentadorias e pensões dos nossos servidores, o governo também confisca o 13º dos aposentados e pensionistas.

Eu estou recebendo várias denúncias aqui, inclusive estou com um holerite, cópia do holerite, de uma professora aposentada da rede estadual que recebeu agora a antecipação do 13º já com o desconto. Então, até mesmo no 13º, na antecipação do 13º, a professora aposentada da rede estadual está sendo confiscada. É de uma perversidade, Sr. Presidente, sem precedentes.

Por isso que nós estamos fazendo todos os dias praticamente um apelo à Assembleia Legislativa para que o nosso PDL nº 22 seja aprovado em caráter da mais extrema urgência, inclusive ao PDL que V. Exa., deputado Coronel Telhada, deu parecer favorável naquela concorrida reunião do congresso de comissões. Vossa Excelência deu uma contribuição importante, só que o governo obstruiu o projeto aqui, apresentando a emenda de plenário, isso no dia 16 de dezembro.

E agora já vai fazer aniversário, na verdade, porque dia 16 é semana que vem, então já faz praticamente um ano que o governo obstruiu o nosso PDL 22, que é a possibilidade real, hoje, de a Assembleia Legislativa revogar, de fato, o confisco dos aposentados e pensionistas.

O governo obstruiu e só agora que ele está sendo debatido na última comissão, não o PDL, mas a emenda de plenário que travou a volta do projeto para o plenário, de onde ele nunca deveria ter saído, naquele dia 16 de dezembro de 2020.

Eu faço também um apelo aqui para que haja, ainda na terça-feira, a reunião da Comissão de Finanças, porque o parecer já foi entregue pela deputada Damaris Moura, do PSDB, parecer favorável ao PDL. Só falta agora a votação. Eu tenho certeza de que a Comissão de Finanças vai votar favoravelmente. Agora, ela tem que se reunir na próxima terça-feira, Sr. Presidente, é importante.

A gente não pode encerrar os trabalhos do ano legislativo de 2021 sem votar o fim do confisco das aposentadorias e